

O ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA: ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE

Lénia Cristina Pedro

lcpedro@ie.ul.pt

Joaquim Pintassilgo

japintassilgo@ie.ul.pt

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

A presente comunicação tem como objetivo refletir sobre a documentação existente no Arquivo Histórico da Escola Superior de Educação de Lisboa que herdou a documentação de instituições suas antecessoras, estudo este que surge no âmbito do projeto *Escolas de Formação de professores em Portugal: história, arquivo, memória*, e que procura delinear o percurso das escolas de formação de professores para o sexo masculino e feminino em Portugal, desde a sua criação, no século XIX, procurando fazer um levantamento de informações em fundos documentais, materiais, iconográficos e bibliográficos de diversas instituições. Para tal, o propósito da comunicação é apresentar, em síntese, a documentação consultada e de que forma a mesma contribuiu para esclarecer e enriquecer o estudo pretendido através da leitura dos documentos, explorando o que cada uma das tipologias documentais tem para oferecer para cada ponto da pesquisa.

1. Breve enquadramento histórico da Escola do Magistério Primário de Lisboa

A atual Escola Superior de Educação de Lisboa tem nas suas origens um conjunto de instituições que se dedicaram, desde a segunda metade do século XIX, à formação de professores. Em 1862 é inaugurada, em Marvila, a Escola Normal Primária para o sexo masculino logo seguida, em 1866, pela sua congénere para o sexo feminino, estabelecida no Calvário. A partir de 1919, na sequência das reformas republicanas do ensino normal, as duas Escolas Normais fundem-se numa só e passam a funcionar em regime de coeducação no novo edifício construído de raiz na Quinta de Marrocos em Benfica. Em 1930, já em plena Ditadura Militar, as Escolas Normais passam a ser designadas por Escolas do Magistério Primário. Em 1936 são suspensas as matrículas, voltando a Escola a admitir novos alunos somente seis anos depois, quando já se começava a verificar uma carência de novos professores. A designação irá manter-se nas décadas subsequentes, até ao ano de 1986, aquando da criação da Escola Superior de Educação de Lisboa.

2. As temáticas envolvidas no estudo

Iniciando a pesquisa pelo papel de cada um dos atores envolvidos na atividade da Escola, existem protagonistas que não podem deixar de ser mencionados, tais como os Diretores, que desempenham um papel fulcral na definição do percurso de uma

instituição, com estilos próprios de liderança e de relações interpessoais, que definem o dia-a-dia escolar, influenciando o quotidiano e regendo a instituição baseados em normas, regulamentos e diretrizes. De seguida, os professores, indivíduos com um papel fulcral na formação dos alunos e futuros mestres, influenciando os mesmos com o seu perfil, percurso de formação e, principalmente, com as opções pedagógicas e didáticas que escolhem para orientar e formar os discípulos. Por último, os próprios alunos, atores com um papel dinâmico, que condicionam a postura dos demais intervenientes, deixando uma marca indelével na instituição: pelas suas atitudes, pelo percurso escolar e pelas futuras opções profissionais.

Outras vertentes do estudo, importantes para conhecer a história da formação de professores em Portugal e, neste caso em concreto, na cidade de Lisboa, são os espaços e rituais escolares. As vivências dos atores acima referidos articulam-se com as respectivas memórias das instituições, em que o tempo escolar é fundamental para caracterizar o dia-a-dia e fazer com que a organização do saber ocupe um lugar fundamental na aprendizagem da arte de aprender e ensinar. Um olhar sobre o currículo das escolas de formação de professores, em que a análise histórica das diferentes formas de combinação entre as componentes consideradas fundamentais para a formação do professor, como o programa das disciplinas, as atividades curriculares e extra curriculares e a relação professor-aluno, nos fará apreender melhor os valores e regras que enquadravam a socialização profissional e tentar chegar a um “perfil ideal” de professor.

3. A documentação existente

Para melhor conhecer a instituição em causa, iniciou-se o trabalho pela identificação de algumas atribuições e serviços da Escola, ao longo do tempo, para se poder organizar intelectualmente as unidades arquivísticas que compõem o Arquivo Histórico. Identificadas essas unidades, nomeadamente as secções que compõem o Fundo da Escola Superior de Educação de Lisboa (adiante designada por ESEL) e, por sua vez, as séries que fazem parte dessas mesmas secções, iniciou-se a pesquisa na documentação em si. Tendo em vista esclarecer vários tipos de questões que surgem no contexto da formação de professores, procurou-se encontrar respostas para pontos fulcrais que compõem a base deste Projeto, já aqui referidos. Deste modo, seleccionámos um conjunto documental que nos permite aprofundar as temáticas de estudo e apoiar a pesquisa que foi realizada.

fossem diurnas ou noturnas, bem como o horário de estudo dos alunos mestres e dos alunos das escolas anexas. Estas determinações eram aprovadas em sessões do Conselho Escolar, para depois serem transformadas em *ordens de direção* e postas em prática. A título de exemplo podemos referir a *ordem de direção n.º 248*, de 24/10/1864, que regula o horário do estudo noturno, que se inicia às 18.30h e termina às 20.30h ou a *ordem de direção n.º 250*, de 10/10/1864, que aprova o horário do curso noturno de operários, que igualmente começa às 18.30h e acaba às 20.30h. Além das diretrizes relacionadas com horários, as *ordens de direção* tinham também uma vertente disciplinadora, colocando em prática normas de comportamento que deveriam ser seguidas pelos alunos.

O professor prefeito da Escola Normal terá um livro de registo do comportamento e aplicação dos alunos o qual semanalmente será presente ao Diretor. No Conselho Escolar outro livro destinado a registar as advertências e repreensões dadas aos alunos em resultado das notas do livro da prefeitura (...). Não se poderão conceder licenças senão nos dias feriados ou santificados, e essas nunca por mais de quatro horas, exceto em casos de urgente necessidade (...). As licenças ordinárias são assinadas pelo professor prefeito; outras quaisquer, só no impedimento do Diretor. (Regulamento disciplinar, OD n.º 260, de 2/11/1864).

Deste modo, existia uma necessidade constante de gerir cada pormenor relacionado com a instrução dos alunos mestres, no que toca às disciplinas que iriam ser lecionadas e também nos aspetos mais práticos do dia-a-dia, relacionados com a rotina de higiene e comportamento dos alunos. No que toca às disciplinas, poderemos observar, a título de exemplo, as disciplinas da parte teórica do curso de 2º grau, que eram *Pedagogia e redação de papéis oficiais; Noções elementares de geometria com aplicação à agrimensura; Noções elementares de filosofia; Noções de história natural e de agricultura- princípios de escrituração mercantil e agrícola; Tradução da língua francesa*. A parte prática era composta pela regência de uma classe complementar da qual faziam parte os alunos mestres do 1º ano, com supervisão do respetivo professor, com os seguintes exercícios: Canto; Desenho linear; Caligrafia; Exercícios agronómicos e de agrimensura e exercícios gramáticos. (OD n.º 352, 18/11/1865). A higiene começava a ser uma preocupação cada vez maior dentro das escolas, como forma de prevenir e combater doenças infecto-contagiosas, tomando-se medidas de consciencialização dos alunos para essas práticas, com atitudes quotidianas de responsabilização: “As bacias do lavatório são distribuídas aos alunos (...), a fim de que se torne cada um responsável pelo estado de conservação das mesmas.” (OD n.º 417, 9/03/1867). A higiene deveria tornar-se uma prática corrente e integrante da rotina dos alunos, embora fosse muitas vezes alterada por acontecimentos circunstanciais:

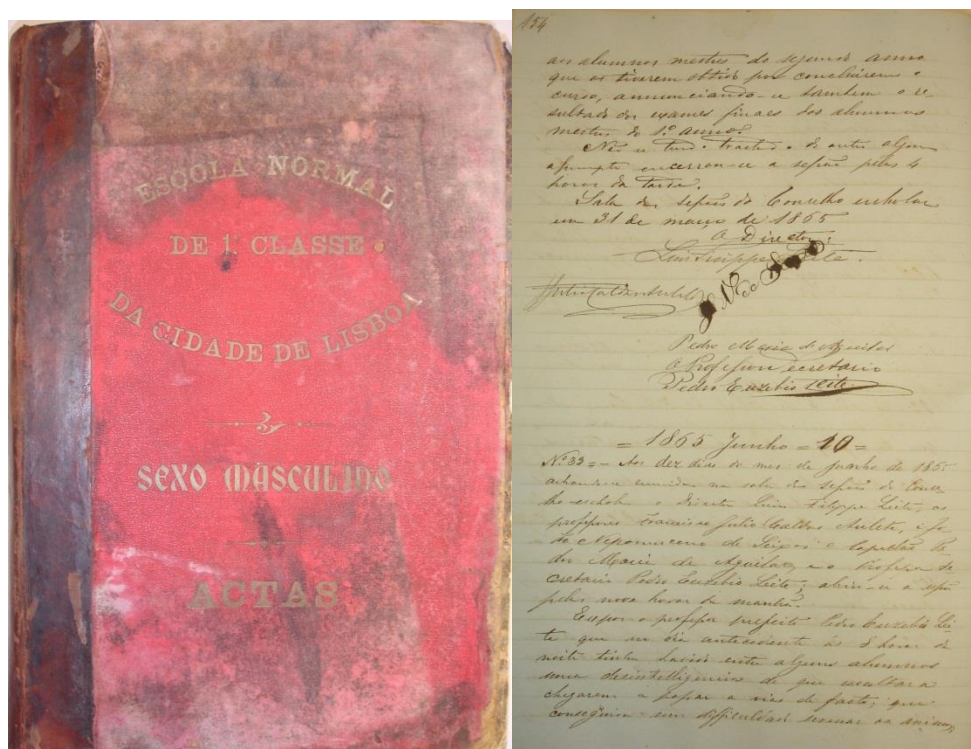
Até ao dia 30 de Abril próximo futuro em vez de dois alunos, só um tomará banho geral em cada dia, menos aos Domingos e dias santificados, segundo lhes estiver designado por escala. (...) não sendo porém obrigado a tomar banho aquele aluno que se sentir doente (...). (OD n.º 407, 26/01/1867).

A higiene, o descanso diário, o vestuário adequado, eram preocupações de um diretor que pretendia reger a vida dos alunos mestres que viviam em regime de internato na instituição e necessitavam de orientações constantes tendo em vista o seu crescimento enquanto homens e futuros professores.

Porém, não só as questões de rotina pessoal dos alunos ocupavam estas ordens. Obviamente, o calendário escolar era contemplado nas decisões do Conselho Escolar, definindo os períodos de aulas, exames e férias escolares. Igualmente, os candidatos que todos os anos tentavam entrar na Escola e os que eram admitidos, fazem parte deste livro de Ordens, depois de tomadas as respetivas resoluções pelo Conselho Escolar, que igualmente decidia quais os alunos que seriam castigados ou até expulsos da escola, por comportamentos menos corretos ou que tivessem ultrapassado o número limite de faltas.

Este livro de *Ordens de Direção* constitui um conjunto documental riquíssimo e importante para conhecermos melhor a Escola Normal Primária, para o sexo masculino, especialmente nos aspetos relacionados com um dos principais atores da mesma, os alunos.

II. Livros de registo de actas das sessões do Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa, de 1864 a 1926



Os livros de atas das sessões de 1864 a 1926 do Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa, para o sexo masculino, abarcando a do sexo feminino, de 1914 a 1926, permitem-nos estudar as mesmas temáticas que o livro de *Ordens de Direção* já aqui apresentado, relativas à rotina diária dos alunos, com questões mais práticas, tais

como o comportamento, o vestuário ou a higiene, mas também a organização do calendário escolar, o horário das aulas e estudo ou as disciplinas lecionadas aos alunos mestres.

Existem três livros de atas do Conselho Escolar para este período: de 1864 a 1866, de 1895 a 1915 e de 1915 a 1926. Verificamos lacunas temporais ao longo deste período cronológico, o que não nos impede, apesar de tudo, de ter uma visão global das principais alterações ocorridas na Escola, tanto ao nível das temáticas já referidas, como de aspetos ligados aos edifícios e espaços ocupados ao longo das décadas, especialmente no que toca à Escola Normal Masculina. É-nos possível tirar ilações sobre as condições higiénicas dos espaços ocupados ou as limitações que os alunos vivenciavam aquando da utilização dos mesmos. Em 1881 dá-se a mudança provisória da Escola Masculina de Marvila para o edifício do Palácio de Santos ocorrendo em 1898 relatos de professores com queixas sobre o edifício e as más condições para o ensino de diversas cadeiras, como a falta de um laboratório para o ensino da física e química, a falta de compêndios de gramática e francês, inúmeras faltas de material, como esqueletos, estampas, entre outro, para a aulas de zoologia, ou a falta de equipamento necessário nas aulas de ginástica. Existe uma crítica geral à falta de material no novo edifício, sendo que

A permanência da Escola onde actualmente funciona prejudica não só a preparação literária, porque os alunos não se podem habilitar suficientemente, mas também a disciplina escolar. Deliberou, pois, que disto se desse conhecimento á Direcção Geral da Instrução Pública (...) a fim de que na primeira ocasião que entenda propícia, deixe regressar o funcionamento das aulas para o seu edificio (...). (Livro de atas do Conselho Escolar da Escola Normal para o sexo masculino, 1895 a 1915, Ata n.º 291, 12/03/1898)

A falta de condições para um ensino de qualidade era perceptível neste edifício. Em Marvila, os problemas iniciais, em 1864, eram de ordem económica, sendo escassas as verbas de que a Escola dispunha para as despesas correntes, especialmente para alimentar, proporcionar vestuário e bons hábitos de higiene aos alunos. Esta situação tornou-se grave ao ponto de o Conselho tomar a resolução de não admitir pensionistas que não levassem o seu próprio enxoval ou não fornecer mais vestuário aos alunos mestres. A verba de 300 réis mensais para a aquisição de compêndios mostrava-se insuficiente, decidindo o Conselho que apenas seriam distribuídos papel e utensílios de escrita para as aulas. (*Livro de Atas sessões do Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa, para o sexo masculino*, de 1864 a 1866, ata n.º 20, 10/10/1864).

Uns anos depois, em 1918, a falta de espaço para as lições nas escolas anexas eram uma das principais preocupações de professores e diretor, devido ao elevado número de alunos do 2.º e 3.º ano. Para ministrar as aulas práticas, a Escola viria a socorrer-se de outras escolas primárias oficiais e assim poderia continuar a melhorar a prática dos alunos mestres. Mas não era só nas escolas anexas que a falta de espaço se sentia, visto que a residência da direção passa a ser utilizada para proveito da escola, estabelecendo-se neste lugar o gabinete dos professores, aulas de labores, o gabinete da direção da cantina, o laboratório de pedologia, o museu de geografia e o de curiosidades pedagógicas. (*Livro de Atas do Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa*, 1915-1926, ata n.º 50, 7/02/1918).

Além das temáticas que referimos, o que encontramos no conteúdo das atas do Conselho Escolar permite-nos ter uma visão mais abrangente de outros dois atores fulcrais na vida da mesma: os professores e os diretores.

No *Livro de Atas das sessões do Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa, para o sexo masculino*, de 1864 a 1866, na ata n.º 5, de 6/04/1864 observamos que apenas existiam na Escola quatro professores, que distribuíam as disciplinas a lecionar e os exames das mesmas entre eles, sendo que o Professor Caldas Aulete ficou encarregue dos pontos de exame da disciplina de *Gramática*, 1.º grau e *Filosofia*, 2.º grau; o professor João Seixas, de *Corografia e História de Portugal*, e *História Sagrada*, 1.º grau; o professor Pedro Eusébio Leite ficou encarregue das disciplinas de *Desenho Linear*, 1.º grau e *Álgebra e Agrimensura*, de 2.º grau, sendo a disciplina de *Redação, Pedagogia e legislação do ensino*, de 2.º grau, lecionada pelo professor Diretor Luís Filipe Leite. Podemos, assim, observar a evolução do corpo docente ou das disciplinas lecionadas, se analisarmos a ata n.º 387, de 8/10/1904, do *Livro de Atas do Conselho Escolar da Escola Normal para o sexo masculino*, de 1895 a 1915, que nos apresenta um leque de matérias e professores bem diferente e em maior número, distribuídos agora por três classes e não apenas por dois graus, como acontecia em 1864. Assim, temos *Português*, 1ª, 2ª e 3ª classes, lecionada por Alberto Pimentel; *Francês* 1ª, 2ª e 3ª classes, por Albino Pereira Magno; *Aritmética, Geometria e escrituração*, 1ª classe, César Alberto da Cunha Belém, 2ª classe, Augusto Clara da Ricca e 3ª classe Júlio Baptista; *Moral e doutrina cristã, direitos e deveres*, 1ª, 2ª e 3ª classes César Alberto da Cunha Belém; *Cronologia, Geografia e História*, 1ª classe Júlio Baptista, 2ª classe Eugénio de Castro Rodrigues, 3ª classe Tiago da Fonseca; *Caligrafia e desenho*, 1ª, 2ª e 3ª classes Eugénio de Castro Rodrigues; *Pedagogia, metodologia e legislação primária*, 1ª, 2ª e 3ª classes Tiago da Fonseca; *Elementos de Ciências Naturais*, 1ª e 2ª classes, Augusto Clara da Ricca e 3ª classe, Júlio Baptista; *Ginástica*, 1ª, 2ª e 3ª classes, Pedro José Ferreira e *Música e Canto coral*, 1ª, 2ª e 3ª classes Guilherme Ribeiro.

Já em 1914, o corpo docente alarga-se, com a participação de professoras nas sessões do Conselho Escolar, devido ao regime de coeducação que se tenta implementar na Escola, com a junção dos dois sexos no edifício do Calvário, que, inicialmente, não apresenta os melhores resultados, mas que se virá a consolidar, mais tarde, com a fusão das duas Escolas Normais Primárias num novo edifício, em Benfica, em 1919.

O Sr. Director declara que foi apologista da fusão das duas escolas, mas sofreu tais desgostos durante o ano lectivo findo que não teve coragem para se opor à proposta que determinou a separação de sexos. O Sr. Castro Rodrigues diz que os rapazes argumentam que não se faz coeducação. Ora o que está feito é a junção de duas escolas, mas não coeducação. Ele é por instinto contra esta. (Livro de Atas do Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa, 1915-1926, Ata n.º 20, 26/11/1915)

Deste modo, a primeira ata com a participação das docentes data de 3/10/1914, do livro acima referido, e conta com a presença de José Tomás da Fonseca, Presidente e Diretor e os Vogais Albino Pereira Magno; Eugénio de Castro Rodrigues; Severo Pires Marinho; José Lopes Coelho; Alberto Pimentel; Albertina Maria da Costa; Leonor Bandeira de Paiva; Professores da Escola Anexa: Leocádia da Conceição Silva Heitor; Mara Elvira Pinheiro; António Rodrigues Laranjeira; Tiago dos Santos Fonseca, como

secretário. Faltaram os professores Luísa Emília Robertes; Maria da Conceição Gonçalves; António Maria de Freitas; Guilherme Ribeiro e Joaquim Rodrigues das Neves (Escola Anexa).

A partir deste momento, inicia-se um novo ciclo na formação de professores em Portugal, que tenta acompanhar novos regimes de educação e de formação de jovens, presentes um pouco por toda a Europa. Tanto as disciplinas, os conteúdos pedagógicos, os docentes encarregues de as lecionar, bem como os exames de cada uma são diferentes dos que encontramos na fase embrionária da Escola, apresentando-se em maior número e com uma organização mais sólida. A título de exemplo, podemos destacar a ata n.º 65, de 3/07/1919, do *Livro de Atas do Conselho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa*, de 1915 a 1926, que apresenta a distribuição do serviço de exames, em que *Língua portuguesa*, fica a cargo de Luísa Robertes e António de Freitas; *Língua francesa*, Aníbal Passos e Albino Magno; *Língua inglesa*, Albertina da Costa; *Matemática, elementos, geometria intuitiva e sistema métrico*, António dos Santos Gomes e Duarte da Costa; *Ciências físico-químicas*, Eugénio de Castro Rodrigues e Alberto Pimentel; *Geografia*, Tiago dos Santos Fonseca; *História Geral, História de Portugal, Instrução moral e cívica*, Mário Domingues Lagido e Joaquim Lobo de Miranda; *Noções práticas de higiene e puericultura*, João Meireles; *Educação Física*, Pedro José Ferreira (Adido); *Modelação e desenho*, Professores de matemática, no que respeita a desenho linear rigoroso; *Trabalhos Manuais*, Maria da Conceição Gonçalves e, finalmente, *Música e canto coral*, Leonor Paiva e Pona.

Se nos debruçarmos sobre outro ator com um papel fundamental para a vida das Escolas Normais Primárias para o sexo masculino e feminino e, mais tarde, da Escola Normal Primária de Lisboa, situada em Benfica, destacamos a influência que a sua ação e orientação reflete no *modus vivendi* de professores e alunos. Falamos, obviamente, do Diretor e, através das atas do Conselho Escolar, podemos perceber como este faz a gestão da distribuição dos professores pelas diversas disciplinas, dos manuais escolares a serem aprovados, do calendário e horário escolares, bem como dos assuntos relacionados com o comportamento, classificação e admissão de alunos na Escola. Podemos conhecer a atuação de cada diretor da Escola Normal Primária para o sexo masculino, existindo lacunas de informação no que toca à Escola Feminina, localizada no Convento do Calvário, por não existirem atas do Conselho Escolar, de 1864 a 1914. Apesar disso, sabemos, através dos copiadores de correspondência recebida e expedida pela Escola Normal Primária para o sexo feminino, que a primeira Diretora da Escola, em 1866, foi Rosalina P. Gomes, sucedendo-lhe, em 1882, sua filha, Honorina de Sousa Gomes, que se manteve no cargo até 1900, ano em que António Velado da Fonseca assume funções, até 1902, sendo substituído nessa altura por José Augusto Coelho, Diretor da Escola Normal Feminina até 1909. De 1909 a 1910, António Ferreira Simas assume as funções de Diretor Interino, ano em que, com a implantação da República, as duas escolas passam a ter o mesmo diretor.

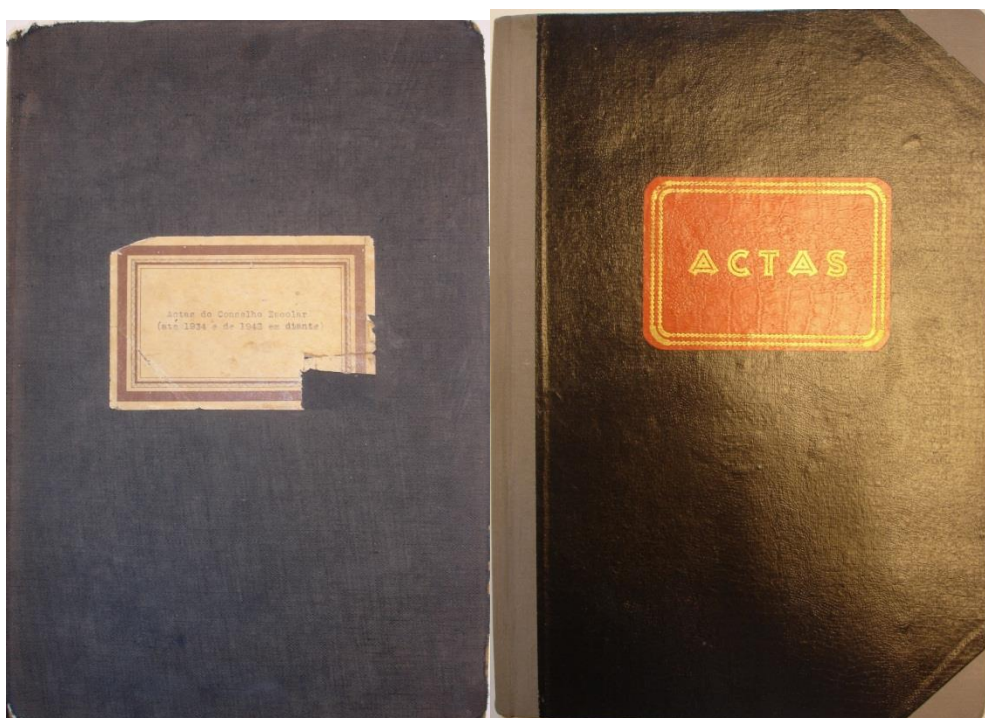
No que toca à Escola Normal para o sexo masculino, os diretores foram Luís Filipe Leite (primeiro diretor da Escola, em 1862), Manuel Constantino Augusto Teófilo Ferreira, Luís de Sousa, José António Simões Raposo, Francisco Adriano de Faria Júnior, António Maria Vellado da Fonseca, José Augusto Coelho (também diretor da Escola Normal feminina), Augusto César Claro da Ricca, José Lopes de Oliveira (nomeado diretor das duas Escolas em 1910), José Tomás da Fonseca, Adolfo Godfroy de Abreu e Lima (primeiro diretor após a mudança para o novo edifício situado em

Benfica) e Luís Maria de Passos da Silva (último diretor antes da alteração da designação para Escola do Magistério Primário de Lisboa).

Cada Diretor apresentado tinha a sua forma característica e pessoal de lidar com as questões diárias em torno da atuação de alunos e professores, tendo marcado indelevelmente a formação de professores.

De 1926 a 1930 não existem livros de atas do Conselho Escolar no arquivo histórico da ESEL, sendo este um período pouco claro na história desta instituição.

III. *Livros de registo de atas das sessões do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa de 1930 a 1980*



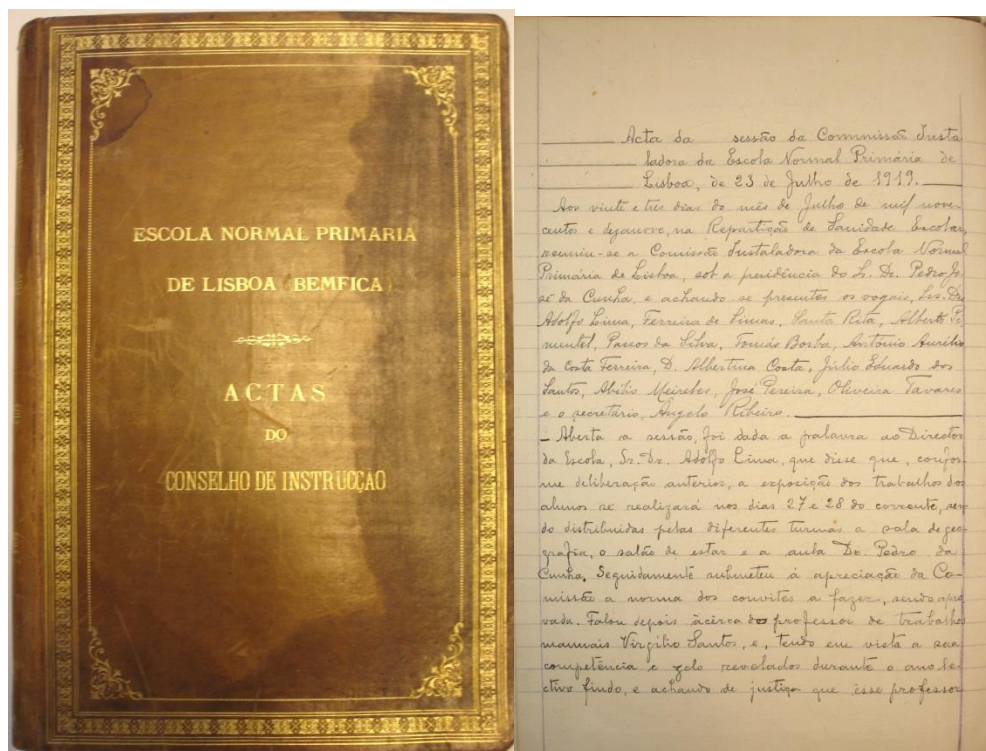
O primeiro livro de atas posterior à alteração da designação para Escola do Magistério Primário de Lisboa compreende o período cronológico de 1930 a 1934 e de 1943 a 1972, sendo, visivelmente, um período mais longo que aqueles que encontramos em livros de atas anteriores.

De 1930 a 1934 as temáticas abordadas abrangem, cada vez menos, os aspetos práticos do quotidiano escolar de alunos, professores e diretores, centrando-se em aspetos ligados aos currículos escolares, procedimentos disciplinares, aprovação de manuais ou notas de aproveitamento de alunos e assuntos ligados à contratação de novos professores e sua avaliação. O primeiro diretor da Escola do Magistério Primário de Lisboa foi José Teixeira de Azevedo, que permanece no cargo até 1932, aquando da nomeação de Carlos Moreira, que entretanto é nomeado Governador Civil de Viseu e abandona o lugar, sendo substituído por Francisco Dias Agudo. Em 1933 este diretor apresenta a demissão, ficando encarregue do cargo o subdiretor Abílio Meireles. Com o cancelamento das matrículas a novos alunos e o posterior encerramento da escola, não será nomeado mais algum diretor até ao ano letivo de 1942-1943, ano de reabertura da Escola, sob a regência de Manuel Martins Dantas de Brito. A partir desta data, as atas do Conselho Escolar são cada vez mais dedicadas às matérias acima referidas, nomeadamente a aprovação de manuais escolares, a contratação e avaliação de professores e a avaliação e admissão de alunos. Em 1943, Octávio das Neves Dordonnat assume funções como diretor, tendo permanecido no cargo até 1974, ano em que foi afastado das funções.

De 1974 a 1988, ano em que a Escola Superior de Educação de Lisboa inicia a sua atividade, a Escola teve três diretores por nomeação e outros três por eleição, sendo eles António Manuel Tiago Janeiro Acabado, Maria da Luz Leitão e José Eduardo Morerinhas Pinheiro, no primeiro caso e Maria Alzira Barros Rosa, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior e Isabel Maria Corte-Real Amaral, no segundo caso.

O segundo livro de atas do Conselho Escolar aparece em 1972 e vai até ao ano de 1979, abrangendo o seguinte as datas de 1979 a 1980. A partir deste ano, não encontramos mais livros de atas do Conselho Escolar no Arquivo. Estes dois livros debruçam-se, principalmente, sobre a temática das reuniões de professores para procederem a avaliação dos alunos das turmas dos três anos, em que podemos observar os docentes que faziam parte da Instituição e em alguns casos o número de alunos que compunha cada turma, mas não mais as temáticas presentes nos livros de atas de finais do século XIX e início do século XX.

IV. *Livros de atas da comissão Instaladora e do Conselho de Instrução, de 1918 a 1920*

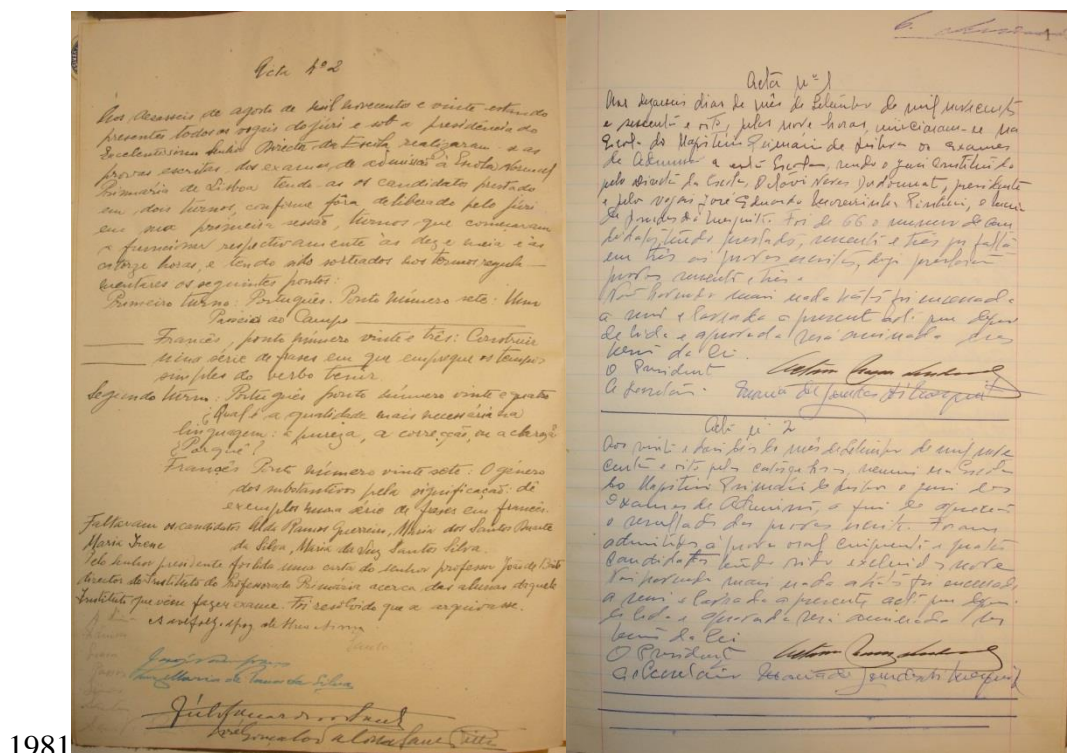


Neste período, devido à instalação da Escola Normal de Lisboa num edifício novo, na Quinta de Marrocos, em Benfica, surge a necessidade de criar uma Comissão Instaladora que ficasse encarregue deste processo final de mudança. A primeira reunião dessa Comissão teve lugar numa sala da Secretaria de Estado da Instrução Pública, secretaria provisória da Escola Normal, e contou com a presença do presidente, Pedro José da Cunha, e dos vogais Arnaldo Redondo Bermudes (Arquitecto), Adolfo Godfroy de Abreu e Lima, Albertina Maria da Costa, Alberto Pimentel, Álvaro Afonso Ribeiro Barbosa, António Fernando de Oliveira Tavares, João da Silva Correia Júnior, José Pereira, Luís Maria Passos da Silva, Raul Rafael Ferreira Navas, Tomás Vaz Borba e Júlio Eduardo dos Santos (também secretário). Faltaram os vogais José Gonçalo da Costa Santa Rita, Raul Lino e Sebastião Cabral da Costa Sacadura. (*Atas das sessões do Conselho de Instrução da Escola Normal Primária de Lisboa*, Ata da primeira reunião, 18/07/1918). Nesta mesma ata, podemos observar que Adolfo Lima propõe a criação de comissões que tratem de todos os trabalhos de instalação e funcionamento da Escola: a Comissão Administrativa, a Comissão Central de Mobiliário e a Comissão Central de Material Didático. Porém, a mudança para as novas instalações não será um processo fácil. Mais tarde, as aulas funcionarão provisoriamente nas salas do clube Sport Lisboa e Benfica, devido “ao pouco cuidado do Sr. Adões Bermudes”. (*Atas das sessões do Conselho de Instrução da Escola Normal Primária de Lisboa*, Ata da vigésima sessão, 29/11/1918). Esta questão ainda será debatida, pelo próprio Adolfo Lima, em 1920, que se queixa da forma como a antiga administração se teria encarregue das obras e que as mesmas pararam em Julho por falta de verbas, tendo sido vendida uma parcela do terreno da Quinta de Marrocos, designada por “Terras da Nora”, em Agosto de 1920, situação que possibilitou a continuação das obras e a construção do bairro académico,

que seria habitado pelos alunos e se chamaria Bairro Alfredo Magalhães. Chega até a ser dissolvida a comissão encarregue de administrar a Quinta de Marrocos, sendo eleito delegado do Conselho responsável pela administração Júlio Eduardo dos Santos. (*Atas das sessões do Conselho de Instrução da Escola Normal Primária de Lisboa*, Sessão extraordinária do Conselho Escolar, 23/11/1920).

Nestes livros, também podemos encontrar informação, entre 1918 e 1920, relativa a alterações nas designações e conteúdo das disciplinas, aos candidatos admitidos na Escola ou informações sobre o método de nomeação do Diretor, eleito entre os professores efetivos, com um mandato de cinco anos.

V. Livros de atas dos exames de admissão de 1920 a

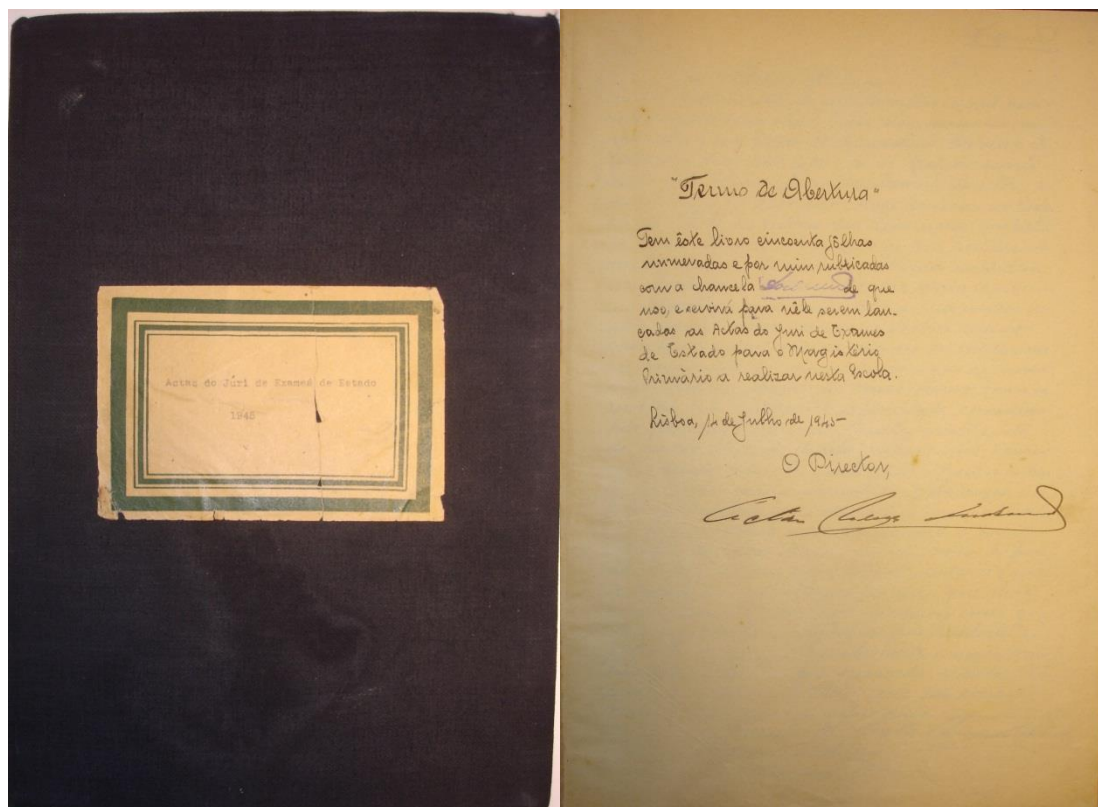


Apenas existem dois livros de atas de exames de admissão de alunos na Escola, sendo que um se refere ao mês de Agosto de 1920, abarcando o outro o período de 1968 a 1981. No primeiro exemplar, encontramos pouca informação, devido ao facto de englobar um período muito curto, apenas havendo referência a algumas provas escritas e orais de certos alunos. No que toca ao período entre 1968 e 1981, as informações são mais completas, encontrando-se nomes de docentes responsáveis pelos exames de admissão e pela preparação dos mesmos e também o número de candidatos que concorreram à Escola do Magistério de Lisboa e aqueles que foram admitidos.

A título de exemplo, podemos observar que, no ano de 1968, concorreram 66 candidatos, sendo admitidos na Escola 50. Dez anos depois, o número de candidatos

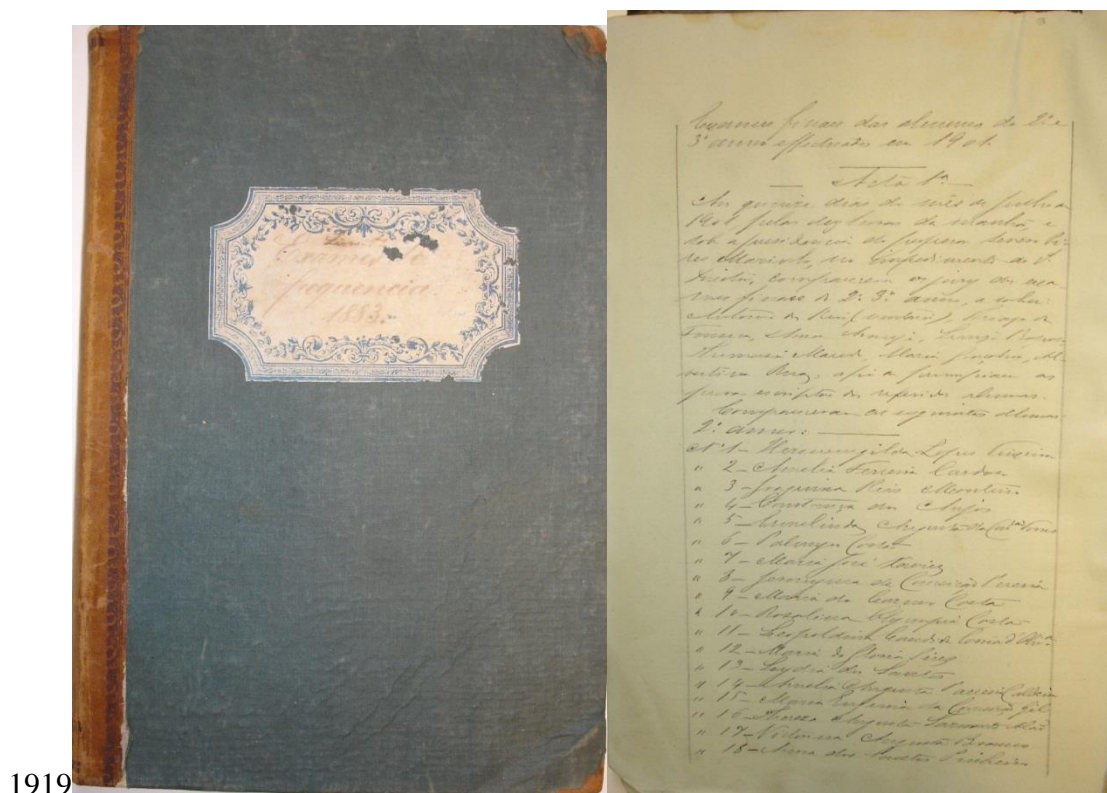
aumentou, bem como o de vagas, concorrendo 241 e sendo aceites 75. No ano letivo de 1981-1982, as candidaturas chegaram às 297 e os candidatos admitidos foram igualmente 75.

VI. *Livro de atas dos exames de Estado de 1945 a 1974*



Existe um livro de atas de exames de Estado para todo este período e a informação que podemos encontrar é semelhante à que apresentámos anteriormente, no caso dos livros de exames de admissão. Existem referências aos membros do júri que compunham os exames e, até aos anos 60, a enumeração dos candidatos aprovados e as notas obtidas. A partir desta época, a enumeração aos candidatos torna-se quase inexistente, havendo apenas referência ao júri que compunha as provas.

VII. Livros de atas dos exames finais das alunas de 1883 a



1919

Para o período referido podemos encontrar, no Arquivo Histórico da ESEL quatro livros de atas de exames, de 1883 a 1896, de 1885 a 1893 (somente das alunas do 3.º ano ou 2.º grau), de 1901 a 1904 e de 1905 a 1919, relativos à frequência das alunas da Escola Normal Primária, para o sexo feminino. De 1905 a 1909, também prestavam provas na mesma Escola as alunas do Instituto D. Afonso de Odivelas.

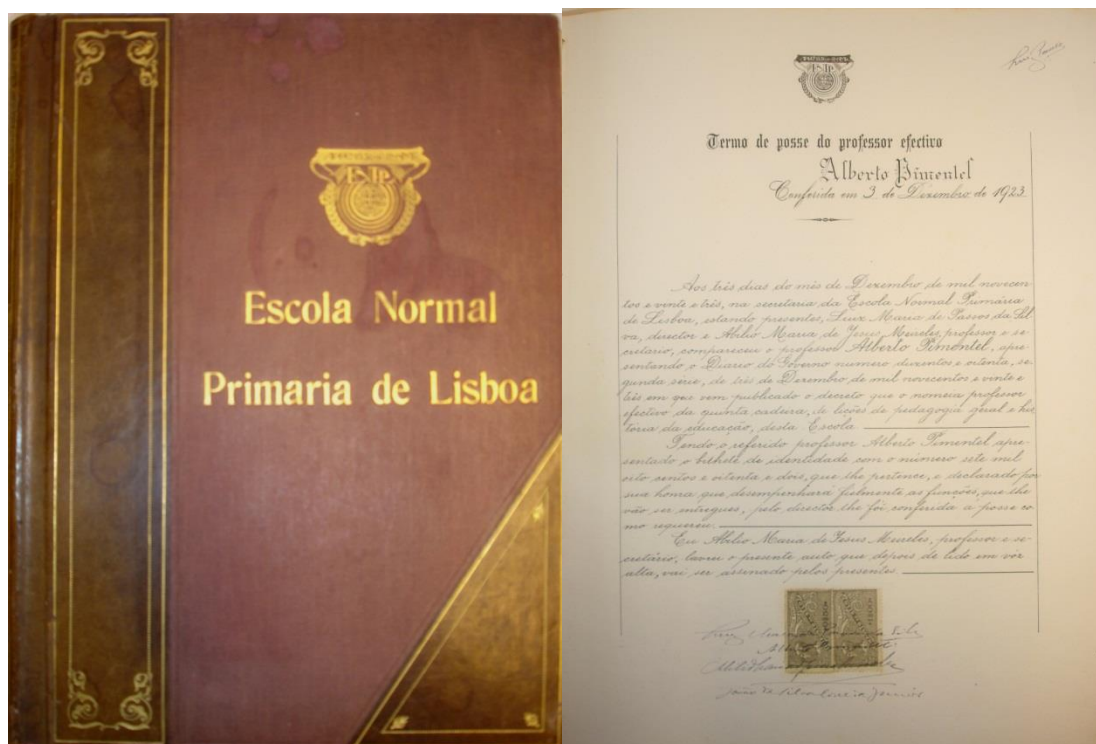
Através desta documentação, é possível conhecer um pouco mais a Escola Normal Primária para o sexo feminino, no que toca às disciplinas lecionadas, aquelas em que as alunas, do 1.º ao 3.º ano, realizavam exames e o número de aprovadas e reprovadas em cada época de avaliação. Esta avaliação era feita através de provas escritas e orais, sendo a classificação dada, até 1896, em quantidade de “A.A” (Aprovados) ou de “R.R” (Reprovados). A partir desta data, são avaliadas em quantidade de “M.B.” (Muito bom), “B” (Bom) e “S” (Suficiente), sendo as listas finais ordenadas pelo nome de cada uma das alunas. Até 1896, as alunas realizavam duas épocas de exames, a primeira entre os meses de março e abril e a segunda entre julho e agosto. A partir do ano de 1901, verificamos que passa a existir apenas uma época de exames, que normalmente acontecia no mês de julho. Até ao ano de 1903 deparamo-nos, nas atas, com alguns enunciados dos pontos que as alunas tiravam à sorte, para serem depois avaliadas. A partir desta data, esta informação raramente se encontra.

Comparando alguns espaços temporais, vemos que, em 1896, foram aprovadas 36 alunas do 1º ano, num total de 37, sendo que 1 perdeu o ano; 23 alunas do 2º ano, num total de 24 alunas, sendo que uma não consta no mapa; e 9 alunas do 3º ano, num total

de 10, sendo que uma não consta no mapa. As disciplinas que constam na classificação são Trabalhos, Música e Ginástica, existindo também a classificação pela ordem de mérito, atribuída às melhores alunas e ordenada de forma decrescente. (*Livros de atas dos exames finais das alunas*, 1883-1896, “Primeiros exames de frequência realizados na Escola Normal de Lisboa para o sexo feminino em Março do ano letivo de 1895 a 1896: Sessão primeira a sessão segunda”, 10/03-28/03/1896). Mais tarde, no ano letivo de 1916-1917, já com a avaliação com parâmetros de “M.B.” (Muito bom), “B” (Bom) e “S” (Suficiente), tomamos como exemplo as notas dos exames finais dos alunos da 1.^a e 2.^a turma da 3.^a classe em que foram aprovados 2 alunos e 39 alunas, num total de 6 alunos e 52 alunas. No mesmo ano letivo, na 3.^a e 4.^a turma da 3.^a classe, foram aprovadas 36 alunas num total de 51.

Estes livros de exames finais de alunas, permitem-nos ter uma percepção do número de alunas e mais tarde também alunos, que frequentaria a Escola Normal e qual o desempenho geral dos alunos mestres.

VIII. *Termos de posses de professores e funcionários de 1895 a 1969*



No arquivo da ESEL, encontramos seis livros de termos de posse, que englobam professores e funcionários, sendo eles os *Autos de posse de professores e empregados menores, da Escola Normal feminina*, de 1895 a 1919; os *Autos de posse do corpo docente e diretores*, de 1918 a 1930; o *Livro de posses dos professores efectivos*, de 1920 a 1929; os *Autos de posse dos professores das Escolas Anexas*, de 1919 a 1925; os *Autos de posse do pessoal da escola*, de 1941 a 1950 e um segundo livro, de 1950 a 1969. Toda esta documentação permite-nos ter uma perspectiva abrangente dos professores, diretores e pessoal menor que compunha as Escolas, embora alguns livros tenham poucos autos de posse e não estejam completos, não sendo possível fazer uma

descrição fidedigna, através desta documentação, de todo o pessoal que compunha a Instituição.

4. Considerações finais

Conhecer um arquivo de uma instituição possibilita conhecer todo um mundo de especificidades e características que, de outra forma, não seria possível. Apesar dos constrangimentos que toda a investigação em arquivos históricos possui e que passam, essencialmente, por lacunas temporais na documentação que compõe os mesmos, um desaparecimento causado por intervenção humana e/ ou fatores ambientais e que condicionam a recolha de elementos, o conjunto de documentos encontrados no Arquivo Histórico da ESEL dá um contributo inegável para traçar o panorama geral da história da formação de professores do ensino primário em Portugal, em particular no que se refere ao contributo daquela instituição.

5. Referências Bibliográficas:

- Pintassilgo, J.; Mogarro, M. J.; & Henriques, R. P. (2010). *A formação de professores em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J.; & Serrazina, L. (2009). *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores: arquivo, história e memória*. Lisboa: Edições Colibri / CIE / ESELx.
- Pinheiro, J. E. Moreirinhas (2009). *Inventário de livros raros e desconhecidos: memória da Escola Portuguesa (do séc. XVIII ao séc. XX)*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto Politécnico de Lisboa.
- Silva, E. C. L. (2009). *Os registos escolares da Escola Normal: histórias, memórias e práticas de arquivamento no início do século XX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutoramento
- Nóvoa, A. (1987). *Le Temps des Professeurs: Analyse Socio-historique de la Profession Enseignante au Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Palavras-chave: Ensino, Formação de professores, Arquivo.